

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – DEFIS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**ANÁLISE DOS DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA INTERAÇÃO
SOCIAL ENTRE MONITORES E BENEFICIADOS DO PROGRAMA
SEGUNDO TEMPO PARAESPORTO: UM ESTUDO QUALITATIVO.**

ROSIMERY ALVES DA SILVA

**RECIFE
2021**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – DEFIS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

**ANÁLISE DOS DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA INTERAÇÃO
SOCIAL ENTRE MONITORES E BENEFICIADOS DO PROGRAMA
SEGUNDO TEMPO PARADESPORTO: UM ESTUDO QUALITATIVO.**

ROSIMERY ALVES DA SILVA

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Educação Física.

Orientador: André Luiz Torres Pirauá

RECIFE

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S586a Silva, Rosimery
Análise dos desafios e possibilidades na interação social entre monitores e beneficiados do Programa Segundo Tempo Paradesporto: um estudo qualitativo / Rosimery Silva. - 2021.
42 f. : il.
- Orientador: Andre Luiz Torres Piraua.
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Licenciatura em Educação Física, Recife, 2021.
1. Pst-paradesporto. 2. Interação Social. 3. Pessoas com deficiência. I. Piraua, Andre Luiz Torres, orient. II. Título

CDD 613.7

ROSIMERY ALVES DA SILVA

**ANÁLISE DOS DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA INTERAÇÃO
SOCIAL DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO PARA ESPORTE SOB
A PERSPECTIVA DO MONITOR EXTENSIONISTA: UM ESTUDO
QUALITATIVO.**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Educação Física.

Aprovado em 09 de Dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Luiz Torres Pirauá
Orientador

Prof. Dr^a
Natália Barros Beltrão Pirauá
Examinadora I

Prof. Dr.
Rafael Miranda Tassitano
Examinador II

DEDICATÓRIA

A DEUS, a meu esposo, ao meu filho, aos professores da UFRPE, aos amigos e a todos que compõem o PST- Paradesporto da UFRPE.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, pelo dom da vida, pela família que me concedeu e pela sabedoria que me permitiu chegar até aqui. Obrigada Meu Deus, pela sua infinita misericórdia!

Aos meus pais, Rivaldo e Rosinete, que com todo amor, carinho, dedicação e paciência souberam me incentivar a prosseguir, sempre! Sem vocês, eu nada seria!

Ao meu esposo, Dogivan, por sempre me impulsionar à frente e me acompanhar nessa trajetória. Teu amor, carinho e admiração me fazem querer ser sempre melhor. Obrigada também, por entender todos os momentos de ausência.

Ao meu filho, que por vezes fiquei ausente e com meus “ataques” por querer tempo e espaço para estudar. Mas saiba que o meu coração, sempre esteve junto ao seu!

A minha maravilhosa irmã Renata, obrigada por não medir esforços quando te peço algo, por estar comigo em qualquer situação, me auxiliando e torcendo pelo meu sucesso.

Ao meu irmão Renato, que torce por mim e me incentiva a ir atrás dos meus sonhos. Você é minha inspiração de dedicação e força de vontade.

De modo especial, ao meu orientador, André Pirauá, por ser tão humano! Agradeço também, por proporcionar momentos de diálogos e conversas que sempre me motivaram a seguir em frente!

As minhas amigas Daniele e Mayana, pelo incentivo e carinho.

Aos meus amigos que a UFRPE me presenteou. Especialmente aqueles que se tornaram amigos (as) - irmãos: Beatriz Moura, Crislaine Cíntia e Gabriel Santos. Ter vocês comigo, foi fundamental.

Por fim, agradeço especialmente aos meus professores e professoras da Universidade Federal Rural de Pernambuco; toda a equipe do PST- Paradesporto e aos participantes envolvidos.

Muito obrigada a todos!

RESUMO

Análise dos desafios e possibilidades na interação social entre monitores e beneficiados do Programa Segundo Tempo Paradesporto: um estudo qualitativo.

O estudo apresenta como objetivo geral analisar, sob a perspectiva do monitor extensionista, os desafios e possibilidades na interação social entre monitores e beneficiados do núcleo do Programa Segundo Tempo Paradesporto (PSTP) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). A pesquisa é de natureza qualitativa, de característica descritiva. O estudo foi realizado no núcleo do PSTP, no departamento de Educação Física da UFRPE, tomando com base as experiências do PSTP durante o período de fevereiro de 2019 a março de 2020. Considerando as memórias e anotações da monitora, foram analisados os comportamentos dos beneficiados, com foco nos principais desafios relacionados a interação social entre todos os participantes do Programa, bem como as possibilidades que foram testadas e implementadas para superar os desafios encontrados. Os resultados da análise demonstraram que as principais dificuldades foram: na comunicação verbal e não verbal e nas relações pessoais, ao passo que as possibilidades testadas para superação dessas dificuldades foram: atendimento individualizado, conhecimento das particularidades do beneficiado, estabelecimento de rotinas e intervenções com atividades colaborativas. Conclui-se que as dificuldades na comunicação dos beneficiados do PSTP, em função das suas características, foram ser superadas por meio, principalmente, do estabelecimento de rotinas nas atividades, pois essas aumentaram o engajamento e, conseqüentemente, os processos de comunicação.

Palavra-chave: PST- Paradesporto; Interação Social; Pessoas com deficiência.

ABSTRACT

Analysis of the challenges and possibilities in social interaction between monitors and beneficiaries of the second time parasport program: a qualitative study.

The study has as a general objective to analyze, from the perspective of the extension monitor, the challenges and possibilities in the social interaction between monitors and beneficiaries of the second time parasport program (PSTP) of the Federal Rural University of Pernambuco (UFRPE). The research is qualitative in nature, with a descriptive characteristic. The study was carried out at the PSTP nucleus, in the Physical Education department of UFRPE, based on the experiences of the PSTP during the period from February 2019 to March 2020. Considering the monitor's memories and notes, the behaviors of the beneficiaries were analyzed, focusing on the main challenges related to social interaction between all Program participants, as well as the possibilities that were tested and implemented to overcome the challenges encountered. The results of the analysis showed that the main difficulties were: in verbal and non-verbal communication and in personal relationships, while the possibilities tested to overcome these difficulties were: in verbal and non-verbal communication and in personal relationships, while the possibilities tested to overcome these difficulties were: individualized care, knowledge of the beneficiary's particularities, establishment of routines and interventions with collaborative activities. It is concluded that the difficulties in communication of the PSTP beneficiaries, due to its characteristics, were overcome through, mainly, establishing routines in activities, as these increased engagement and, consequently, communication processes.

Keyword: PST- Paraspporto; Social interaction; Disabled people.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Ilustração das subdivisões do PST

FIGURA 2 - Ilustração das implicações da deficiência física

LISTA DE SIGLAS

Association on Intellectual and Developmental Disabilities - AAIDD

Departamento de Educação Física – DEFIS

Deficiente Intelectual – DI

Núcleos de Esporte Educacional – NEE

Programa Segundo Tempo – PST

Programa Segundo Tempo Paradesporto –PSTP

Pessoa com Deficiência – PCD

Pessoas com Deficiência – PCDs

Transtorno do Espectro Autista – TEA

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. JUSTIFICATIVA	15
3. OBJETIVOS.....	16
3.1. Objetivo Geral	16
3.2. Objetivos Específicos.....	17
4. Revisão de Literatura	17
4.1. Aspectos conceituais e históricos do Programa Segundo Tempo:	17
4.2. Tipos de Deficiências	20
4.3. Interação social: aspectos conceituais e aplicações práticas.....	26
5. METODOLOGIA	27
5.1. Abordagem do Estudo.....	27
5.2. Característica do Pesquisador.....	28
5.3. Contexto	29
5.4. Estratégia de Amostragem.....	30
5.5. Métodos de Coleta e Análise de Dados	31
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	32
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	40

1. INTRODUÇÃO

As Práticas esportivas e de lazer são direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2016) e para que esses direitos se consolidem, o governo federal criou algumas ações e programas sociais, a exemplo disto temos o Programa Segundo Tempo (PST). O PST é uma política pública de esporte com caráter educacional criada no ano de 2003, desenvolvido pela Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania com o objetivo de combater a discriminação, promover a inclusão social, auxiliar no desenvolvimento de valores sociais e melhoria da qualidade de vida (OLIVEIRA; PERIM, 2008)

Dentre as vertentes do PST está o Programa Segundo Tempo Paradesporto (PSTP), que assim como o PST padrão, é uma política pública de esporte educacional, nesse caso, que contempla, prioritariamente, indivíduos com deficiência. O objetivo do PSTP é garantir o acesso à prática esportiva a um público historicamente esquecido das atividades físicas e esportivas de nossa sociedade (OLIVEIRA; PERIM, 2008).

Pessoas com deficiências apresentam algumas limitações e/ou impedimentos diversos, que podem estar associados aos aspectos físicos/motores, sensitivos intelectuais ou ainda múltiplos (AAID,2021). Especificamente no contexto do PSTP, do núcleo da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a deficiência mais recorrente é a intelectual, com predominância de beneficiados com o transtorno do espectro autista (TEA). Uma das características mais marcantes nesse público é a dificuldade para estabelecer relações e interações sociais (ZHAO; CHEN, 2018). Portanto, um dos grandes desafios para a condução das atividades no núcleo é

desenvolver estratégias para minimizar o isolamento e estabelecer um ambiente inclusivo, lúdico e que favoreça as relações sociais.

Segundo Vygotsky (2001), a interação social possui um papel muito importante no desenvolvimento dos seres humanos, assegurando que o comportamento do homem é formado por peculiaridades e condições biológicas e sociais do seu crescimento (2001). Isto é, desde o nascimento, somos seres sociáveis, apenas em desenvolvimento, ou seja, mesmo que ele não utilize a linguagem oral, ele já interage e se familiariza com o ambiente que o cerca.

Ciente que o desenvolvimento humano começa ainda na infância, então os jogos, brincadeiras e prática de atividades físicas são ferramentas que podem possibilitar a socialização e diversas formas de se comunicar, seja pela fala, escrita ou pelos movimentos (MAIA; FARIAS; OLIVEIRA, 2020) Neste contexto, a Educação Física seja no contexto escolar ou fora dele, a exemplo do PSTP, se torna fundamental para que a criança, o jovem e também o adulto, com deficiência, desenvolva tais maneiras de comunicação, enriquecendo sua autonomia (SOLER, 2006). Além disso, quando há um ambiente propício para que tudo isto de desenvolva, como, por exemplo, um espaço adequado onde as aulas são adaptadas à realidade dos participantes, o processo de interação se dá de maneira positiva (OLIVEIRA; PERIM, 2009).

A inclusão das pessoas com deficiência, sobretudo no âmbito da prática de atividades físicas, campo que a Educação Física e o PSTP englobam, ainda é um desafio que escola e a sociedade enfrentam, uma vez que para que aconteça, é necessário a integração na sociedade que passa por compartilhar o mesmo espaço físico, as várias adaptações essenciais no ensino, na prática de atividades e no direito a educação de fato (SANT'ANA, 2005). Todos estes fatos descritos, fazem da

parte da realidade do PSTP, onde encontramos crianças e adolescentes com as mais diversas deficiências.

Diante de tudo que foi exposto, os problemas que nortearam esta pesquisa foram: quais os desafios e as possibilidades na interação social entre os monitores e beneficiados do PSTP? Assim, objetivo geral foi analisar, sob a perspectiva do monitor extensionista, os desafios e possibilidades na interação social entre monitores e beneficiados do núcleo do PSTP da UFRPE.

2. JUSTIFICATIVA

A problemática escolhida traz uma série de inquietações acerca dos desafios e possibilidades na interação social entre os participantes do PSTP da UFRPE.

Atualmente, segundo *American Association of Intellectual and Developmental Disabilities* (AAIDD) observa-se um aumento de crianças e adolescentes com deficiência intelectual, os quais manifestam atrasos na comunicação e na interação social, que são aspectos naturais do desenvolvimento humano ao longo dos anos (AAIDD, 2021). Segundo Paulo Freire (1981), o homem é um ser de relações que escreve sua história através de suas ações. Daí se entende que o homem precisa estabelecer interações com os outros para viver em sociedade, e isso é frequentemente instituído através da linguagem verbal e não verbal.

Deficientes intelectuais apresentam certas limitações e/ou impedimentos distintos o que torna perceptível a existência de barreiras nas relações sociais dessas crianças, o que dificulta bastante no processo de interação. Devido a tudo que foi descrito, vale analisar, sob a perspectiva da monitora extensionista, os desafios e as possibilidades na interação entre os participantes do PSTP,

descrevendo como acontecem estas manifestações. Além disso, detalhar as principais estratégias utilizadas no PSTP para mediar a interação social durante as atividades propostas.

Desse modo, os motivos que permeiam a escolha desse tema partem na condição de graduanda experimentando contextos a partir do PSTP, nos quais foram possíveis verificar situações em que as crianças com deficiência intelectual apresentavam dificuldades na relação social com outras crianças e até mesmo com os monitores. Foi através destas experiências que notei que muitas dessas crianças que precisam do estímulo do educador para o seu desenvolvimento motor, intelectual e interação social. Principalmente em relação à interatividade, pois a criança acometida com esta deficiência, muitas delas tendem a ser mais reservadas e viver no seu próprio mundo.

Portanto, pondera-se a necessidade de estudos que tragam contribuições na interação social, visando compartilhar as experiências e ações estratégicas para maximizar as relações sociais dos deficientes intelectuais.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Analisar, sob a perspectiva do monitor extensionista, os desafios e possibilidades na interação social entre monitores e beneficiados do núcleo do PSTP da UFRPE.

3.2. Objetivos Específicos

- Descrever as principais barreiras para interação social entre os participantes do Programa;
- Descrever as principais estratégias utilizadas para mediar a interação social durante as atividades propostas.

4. REVISÃO DE LITERATURA

4.1. Aspectos conceituais e históricos do Programa Segundo Tempo:

O esporte é um fenômeno sociocultural e tem grande significância em ações comprometidas com a inclusão social (TUBINO, 1993). Os projetos sociais mostram que é possível promover a inclusão social; melhorias a convivência nas escolas e nas comunidades; diminuir a evasão escolar; desenvolver a cidadania, assim como contribuir para a diminuição da violência e no aumento da auto-estima (OLIVEIRA; PERIM, 2008).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o esporte é um direito do cidadão brasileiro, cabendo ao Estado garantir o acesso a todas as pessoas (BRASIL, 2016). Para consolidar esses direitos, o governo federal criou algumas ações e programas sociais, com foco no esporte, que priorizasse crianças e adolescente em vulnerabilidade social, como exemplo o Programa Segundo Tempo (PST)(OLIVEIRA; PERIM, 2008).

O PST foi criado em 2003, desenvolvido pela, então, Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, da Secretaria Especial do Esporte do

Ministério da Cidadania, disponibilizando atividades de múltiplas vivencias esportivas a crianças, adolescentes e adultos (OLIVEIRA; PERIM, 2008).

O PST é uma ferramenta que possibilita o acesso das crianças e jovens, de forma educacional, ao esporte que pode estar atrelado à Educação Física. Sua estrutura se estabelece a partir de núcleos esportivos, por meio de parcerias com a Secretaria do Esporte e as entidades públicas e as instituições federais, onde as atividades acontecem em vários espaços simultaneamente ou não, como salas e/ou quadra poliesportiva (OLIVEIRA; PERIM, 2009).

A partir de convênios com o Ministério do Esporte e de parcerias, essas entidades se tornam responsáveis pela execução do programa, que se dá pelo funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional (NEE). Os NEE têm por finalidade ocupar o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens, com atividades esportivas oferecidas no contraturno escolar, sob a orientação de coordenadores e monitores de Educação Física e/ou esporte(OLIVEIRA;PERIM, 2009).

O PST apresenta três subdivisões: o PST padrão, oferecido as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos de idade, o PST Universitário, destinado a comunidade acadêmica independente da idade e o PSTP, que atende pessoas com deficiência desde os 6 anos (OLIVEIRA;PERIM, 2009). A Figura1 apresenta a ilustração das subdivisões do PST.



Figura 1. Ilustração das subdivisões do PST

Dessas três modalidades, o PST Padrão foi o primeiro a ser implementado. surgiu em 2003, através da Secretaria Nacional de Esporte Educacional, com o objetivo de ofertar modalidades esportivas com caráter educacional, visando o desenvolvimento integral de crianças e jovens, por meio do conhecimento do seu próprio corpo, melhoria das capacidades físicas e motoras, bem como o desenvolver de valores sociais, tal qual o respeito pelo próximo, a cooperação e a solidariedade (OLIVEIRA;PERIM, 2009).

O PST universitário foi desenvolvido pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério Esporte (ME) destinado a democratizar o acesso à prática esportiva da comunidade universitária, seguindo os princípios do Esporte Educacional (BRASIL, 2018) Os princípios do PST Universitário incluem: a) respeito à liberdade, igualdade e aos direitos; b) condições de acesso, inclusão e permanência nos programas disponibilizados; c) garantia de qualidade para as atividades disponibilizadas; d) valorização e respeito às questões de gênero; e) valorização às experiências e contextos locais e regionais; f) valorização do profissional especializado (BRASIL, 2018). Tendo como objetivo democratizar o acesso a prática esportiva à comunidade acadêmica das Instituições

de Ensino Superior, prioritariamente ofertada para os discentes , oferecendo o desenvolvimento de Núcleos de Esporte Educacional, oferecendo oportunidade de ampliar os conhecimentos específicos; articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão; inserir o esporte como ação transversal no projeto pedagógico das universidades (OLIVEIRA; PERIM, 2008).

O PSTP, como uma vertente do PST, segue como princípios: a) direito de cidadania; b) participação irrestrita; c) diversidade de experiências; d) transcendência pedagógica; e) valores (BRASIL, 2019). Tem por objetivo democratizar o acesso, preferencialmente, de pessoas com deficiência que enfrentam a vulnerabilidade social, da prática do esporte educacional(BRASIL, 2019), visando, sobretudo, o desenvolvimento integral destas pessoas: crianças, adolescentes, jovens e adultos beneficiados do Programa.

A proposta do Programa é oferecer as pessoas com deficiência, muitas vezes acometidas por diversas dificuldades motoras, a evolução na autonomia, independência e equilíbrio emocional, culminando numa melhoria na interação social, fortalecendo desta forma a inclusão destes participantes do programa e da comunidade local. No caso desta pesquisa, a inclusão se deu com relação às crianças e jovens participantes beneficiados do PSTP da Universidade Federal de Pernambuco.

4.2. Tipos de Deficiências

É um direito da pessoa com deficiência (PCD) ser inserida na sociedade em variadas áreas, como a cultura, a educação, o trabalho, o lazer e o esporte, pois a ela é assegurada a mesma garantia da qual todas as outras pessoas possuem. Para

Mazzotta e D'Antino (2011) a inclusão social se caracteriza como a efetiva atuação do indivíduo em diversos grupos de convivência social, estando, desta forma, explícito que uma pessoa reconhecida como cidadã é aquela que participa de algum grupo ou organização social.

Por um longo período, as PCDs eram esquecidas, deixadas à margem da sociedade, vistas como incapazes e inaptas conviver em sociedade. Portanto, percebe-se que a história dessas pessoas é marcada por condições desiguais e aos poucos, foram conquistando seus direitos (MENDONÇA; GIANASI, 2018). Portanto, é fundamental pensar na deficiência não apenas como uma condição física, individual e exclusiva das PCDs, mas sim como uma questão social e política. Para Pantano (2008) a diversidade precisa ser valorizada como parte da condição humana, a sociedade precisa se mobilizar para que estas pessoas sejam incluídas no convívio coletivo.

Uma vez que a socialização de pessoas que não apresentam necessidades especiais não é equivalente àquelas que possuem uma ou mais deficiências, serão primordiais momentos constantes de interação (SILVA; GALUCH, 2009), pois o ambiente em que estas são inseridas podem causar efeitos benéficos na existência das mesmas. As atividades físicas, jogos e/ou modalidades esportivas adaptadas têm impacto essencial neste contexto, por exemplo.

Nesse sentido, é de suma importância entender que, de maneira geral pessoas com deficiência apresentam algum tipo de limitação, prejuízo ou impedimento, seja esta por uma anomalia congênita (o indivíduo já nasce com um impedimento) ou adquirida (o indivíduo sofre uma lesão no decorrer da sua vida). Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), as deficiências podem ser

enquadradas nas seguintes categorias: deficiência múltipla, deficiência física, deficiência sensorial e deficiência intelectual.

A deficiência múltipla trata-se da associação de duas ou mais deficiências primárias (intelectual, visual, auditiva e física), no mesmo indivíduo comprometendo no seu desenvolvimento funcional e/ou no relacionamento social (OLIVEIRA; PERIM, 2009). Essa pode variar entre maior ou menor intensidade no funcionamento individual e social dos sujeitos (PLETSCH, 2015).

Na deficiência física ou motora pode haver alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, que podem repercutir em dificuldades para sua autonomia, sendo estas causadas por doenças ou lesões (OLIVEIRA;PERIM, 2009). A deficiência física é classificada por ortopédica, que envolve problemas dos músculos, ossos e/ou articulações, e a neurológica que envolve lesões do Sistema Nervoso Central (OLIVEIRA;PERIM, 2009). Nesse contexto, há vários tipos em diferentes níveis de acometimentos, como por exemplo: paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, paralisia cerebral, acidente vascular cerebral (AVC), traumatismo crânio-encefálico (TCE), lesões medulares, amputações, nanismo, alterações posturais, distrofias musculares, osteogênese imperfeita, artrogripose, esclerose múltipla, malformações congênitas, entre outros (COSTA; MACEDO, 2008).

A deficiência seja ela congênita ou adquirida, provoca implicações psicológicas, biológicas e no aspecto social (COSTA; MACEDO, 2008). A Figura 2 apresenta a ilustração das implicações da Deficiência Física.



Figura 2. Ilustração das implicações da deficiência física: psicológica, biológica e social.

A Deficiência visual se refere a uma limitação sensorial que reduz ou anula a capacidade de enxergar, deixando o indivíduo cego ou tendo baixa visão (OLIVEIRA; PERIM, 2009). A deficiência visual corresponde à perda parcial ou total da visão (OLIVEIRA; PERIM, 2008), levando a uma limitação no seu desempenho habitual (GREGUOL; COSTA, 2013), provocando alterações anatômicas e estruturais, as quais são aspectos relativos ao órgão visual, desencadeando mudanças nas funções visuais, sendo estas, na habilidade visual do indivíduo e na capacidade de aproveitamento da visão. Estes aspectos podem provocar desvantagens sociais e econômicas, conforme o seu nível de perda visual (GREGUOL; COSTA, 2013).

A deficiência auditiva pode ser definida pela perda total ou parcial da capacidade de ouvir ou perceber sinais sonoros (GREGUOL; COSTA, 2013). O déficit de audição baseia-se na perda sensorial medida em decibéis (db) e pode ser classificada em: a) leve (40 e 60db), onde a voz é perceptível, mas com perdas de elementos fonéticos); b) moderada (60 e 70db), permanecem as dificuldades de

audição, porém, é possível escutar vozes, desde que essas sejam emitidas em volumes altos); c) grave (70 e 90 db), as pessoas não podem ouvir a voz, mas percebem sensações auditivas) e d) profunda (> 90db) (OLIVEIRA;PERIM, 2009), portanto, quanto maior o número de decibéis necessários para que uma pessoa possa perceber os sinais sonoros, maior será a perda auditiva (GREGUOL; COSTA, 2013).

Por fim, a deficiência intelectual (DI) ou Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). De acordo com a *American Association of Intellectual and Developmental Disabilities* (AAIDD) a DI é caracterizada por limitações, tanto no funcionamento intelectual, quanto no comportamento adaptativo, que está expresso nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas (AAIDD, 2021). No Quadro 1 estão apresentadas as atividades adaptativas (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

CONCEITUAIS	SOCIAIS	PRÁTICAS
Linguagem, leitura e escrita, raciocínio, matemático e memória.	Interpessoal, responsabilidade, autoestima, seguir regras, obedecer às leis, credibilidade.	Inclui atividades de vida diária (AVD) como comer, usar banheiro, vestir-se, locomover-se, tomar remédios, cuidar da casa.

Quadro1. Exemplos de atividades adaptativas.

De acordo com a *American Psychiatric Association* (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014), para diagnosticar uma pessoa com DI é necessário preencher os seguintes critérios:

- a) Déficits em funções intelectuais como raciocínio, solução de problemas, e aprendizagem pela experiência, confirmada tanto pela avaliação clínica quanto por testes de inteligência padronizados e individualizados;
- b) Déficits em funções adaptativas, que resultam em fracasso para atingir padrões de desenvolvimento e socioculturais em relação à independência pessoal e responsabilidade social;
- c) Início dos déficits intelectuais e adaptativos durante o período do desenvolvimento.

A DI apresenta diferentes níveis de gravidade que são definidos com base no funcionamento adaptativo, e não em escores de Quociente de Inteligência (QI) (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Existem algumas condições comuns associadas a DI, a exemplo citamos o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Hoje, em todo mundo, o número de pessoas que apresentam o TEA, vem crescendo de forma exponencial (ZHAO; CHEN, 2018). Geralmente, as pessoas com TEA apresentam diversos distúrbios, que ocasionam prejuízos em várias áreas (SRINIVASAN; PESCATELLO; BHAT, 2014). Dentre os prejuízos os mais marcantes estão às dificuldades na interação (ZHAO; CHEN, 2018).

Considerando as crianças e adolescentes com deficiência, é possível utilizar as atividades físicas, os jogos e as brincadeiras para desenvolvimento dos mesmos, pois, por meio dos desafios presentes eles passam a conhecer melhor o ambiente que os cercam, bem como as pessoas, adquirindo, portanto, uma ampla percepção de mundo. Contudo, Zhao e Chen (2008) salientam que para a criança com TEA,

torna-se mais complexo o processo de inclusão, o que representa um risco, pois a atividade física acaba por se tornar restrita para elas.

Interação social: aspectos conceituais e aplicações práticas.

Para Vygotsky (1991), por meio da cultura se desenvolvem novas formas de comportamento que também irão contribuir na evolução do desenvolvimento humano. Na teoria de Vygotsky (1999), a evolução do desenvolvimento humano se dá a partir da experiência pessoal e das suas próprias reflexões no ambiente social em que vivem os sujeitos. É nesse ambiente que ocorrem as interações sociais entre os sujeitos. É na relação com o outro, numa atividade prática comum, por intermédio da linguagem que o homem se constitui e se desenvolve enquanto sujeito (DAVIS; SILVA; ESPOSITO, 1989).

Nessa teoria, a aprendizagem se dá no ambiente social e na interação entre sujeitos por meio da troca de experiências entre indivíduos (ROCHA et al., 2009). Entende-se que o indivíduo precisa estabelecer interações com outro para viver em sociedade, sendo instituído através da linguagem verbal e não verbal. Essa mesma linguagem faz com que o indivíduo estabeleça relações entre si e formem grupos (BEZERRA; GIANASI, 2018).

Nós somos seres sociais que aprendemos através da interação e nos desenvolvemos, enquanto sujeitos, a partir desta relação com o outro (DAVIS; SILVA; ESPOSITO, 1989). Por essa razão, não nos limitamos as nossas próprias experiências pessoais para este desenvolvimento, às experiências sociais expandem nossa percepção (DAVIS; SILVA; ESPOSITO, 1989). Nesse sentido, Davis (1989) enfatiza que a experiência pessoal alimenta-se, expande-se e aprofunda-se pela apropriação das experiências sociais, veiculadas pela linguagem,

onde a linguagem é transmitida nas relações entre os indivíduos, sendo por meio em que eles compartilham suas experiências (ROCHA et al., 2009).

Para Vygotsky (2001) tudo que se relacionam com o comportamento e desenvolvimento da criança são estabelecidos pelo meio social; desta forma, desde o início, ou seja, na infância, a sociabilidade desta criança é o que determina a sua interação social. É por meio de outros, por intermédio do adulto que a criança se envolve em suas atividades, de modo que tudo no comportamento da criança está fundido, enraizado no social (DAVIS; SILVA; ESPOSITO, 1989) . Assim, as relações da criança com a realidade são, desde o início, relações sociais. Neste sentido, poder-se-ia dizer que o bebê é um ser social no mais elevado grau.

Como já salientado, as crianças com deficiência, geralmente, apresentam diversas dificuldades na interação com o outro, mesmo dentro de suas famílias e especialmente entre pessoas de fora do seu convívio diário. Segundo Oliveira e Resende (2017), para uma atitude inclusiva, é preciso de movimentos conjuntos de toda sociedade. Logo, através do ingresso destas pessoas em Projetos como o PSTP, temos a oportunidade de proporcionar o desenvolvimento integral das mesmas. Contudo, percebe-se também, um desafio na adaptação tanto destes participantes, quanto das pessoas envolvidas no processo, como o professor orientador e as monitoras.

5. METODOLOGIA

5.1. Abordagem do Estudo

Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa, na qual há preocupação com os processos e significados dados aos fenômenos (CAREGNATO, 2017), assim

como a complexidade do que é estudado (LAKATOS; MARCONI, 2003). Utilizou-se um delineamento descritivo, que visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis; permitindo a essa pesquisa descrever a realidade de forma empírica, considerando a observação para obtenção de registro e análise dos fatos (GIL, 2002). O presente estudo seguiu as recomendações da *Standards for Reporting Qualitative Research: A Synthesis of Recommendations* (O'BRIEN et al., 2014).

5.2. Característica do Pesquisador

A pesquisadora é graduanda do curso de Licenciatura em Educação Física da UFRPE. O interesse pelo PSTP ocorreu inicialmente da experiência com uma turma de alunos com deficiências que ministrei em outra graduação, além de conhecer crianças do meu círculo social com algum tipo de deficiência intelectual.

O interesse pelo PSTP começou quando tive conhecimento de que se tratava de uma monitoria para um Programa que atendia crianças e adolescentes com deficiências. Tal fato despertou em mim a vontade de participar, pois sempre me identifiquei com o público em questão. A partir disso surgiram às primeiras aproximações, inicialmente como monitora, de Fevereiro de 2019 a Janeiro de 2020 e, posteriormente, com o desejo de conduzir uma pesquisa que pudesse relatar as minhas experiências durante os anos como monitora. Durante esse período foram realizados seminários, capacitações e reuniões de formação, que ocorriam semanalmente para explanação e apresentação de artigos e capítulos de livros.

5.3. Contexto

O estudo foi realizado no núcleo do PSTP, localizado no Departamento de Educação Física (DEFIS), na UFRPE. A execução do projeto ocorreu entre fevereiro de 2019 a março de 2020, nas segundas-feiras e quartas-feiras no horário das 13 às 17 horas, com os participantes, quatro monitoras do Programa e o professor supervisor.

As atividades aconteciam na sala de práticas e/ou na quadra poliesportiva. O acolhimento inicial era na sala de práticas; organizado por uma roda de conversa, sentados no tatame, sendo este o primeiro momento, no qual eram explanadas e apresentadas às atividades por um monitor. Tais atividades tinham cerca de uma hora e trinta minutos. Em seguida era solicitado que um dos participantes, de forma espontânea, demonstra-se como seria a atividade, a partir do seu entendimento.

Na sequência os participantes eram convidados a realizar as atividades, porém, com auxílio dos monitores e do supervisor. Após os primeiros contatos com as atividades alguns participantes conseguiam realizar de forma autônoma e/ou ajudar outros participantes na execução das mesmas.

Posteriormente, tinham um intervalo de trinta minutos para que os participantes pudessem fazer o lanche. Logo após esse intervalo, os participantes retomavam para a sala ou quadra, iniciando outras atividades, com duração de uma hora. Ao término das aulas era sugerido aos participantes a colaboração para guardar os materiais utilizados nas aulas, tendo como objetivo estimular a autonomia e a socialização dos mesmos.

5.4. Estratégia de Amostragem

Este estudo utilizou uma amostra por conveniência, caracterizada como uma amostra não probalística (FREITAG, 2018). Os participantes chegavam ao projeto por demanda espontânea ou por recomendações de instituições parceiras, dentre elas a Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE), por intermédio de uma assistente social e a Associação de Família para Bem-Estar e Tratamento da Pessoa com Autismo (AFETO), por intermédio da coordenação da associação. Não foram estabelecidos critérios de elegibilidade. Por essa razão, a amostra do estudo contempla uma diversidade de gênero, idade e tipos de deficiências. Na tabela 1 estão apresentadas as variáveis demográficas dos 21 beneficiados do estudo.

Tabela1. Características demográficas dos participantes do Programa Segundo Tempo Paradesporto.

Variável	N	%
Gênero		
Feminino	6	29%
Masculino	15	71%
Faixa etária		
6 a 10	8	38%
11 a17	8	38%
18 a 25	5	24%
Tipo de		

deficiência		
Intelectual	18	86%
Física	0	0%
Sensorial	0	0%
Múltipla	3	14%

5.5. Métodos de Coleta e Análise de Dados

O objeto do estudo se constituiu do próprio fenômeno observado durante as atividades do Programa. Cada situação de falta de interação social entre os beneficiados, bem como as estratégias utilizadas para estabelecer melhores relações sociais foi analisada pelo pesquisador. Não foi realizado nenhum tipo de registro por vídeo ou gravações de áudio, foram apenas consideradas as anotações e memórias da pesquisadora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentados, conjuntamente, os resultados e discussão do estudo, diante da perspectiva da monitora extensionista, a partir das observações acerca dos desafios e possibilidades de interações entre os beneficiados durante as atividades do PSTP. Além disso, alguns exemplos de como a socialização pode influenciar no processo de comunicação e interação social servirão como base para ilustrar a relação desses aspectos com a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento dos beneficiados.

No que tange a realidade do núcleo PSTP da UFRPE, é relevante destacar que, no geral, os participantes eram deficientes intelectuais, em sua maioria com TEA, onde especificamente manifestavam impedimentos na interação social. Portanto, existiam desafios e dificuldades causados pela inexistência de interação ou pouca interação social, como por exemplo, dificuldades de comunicação e problemas de linguagem, acarretando uma maior dificuldade em suas relações pessoais.

De acordo com a nova versão da DSM 5 (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014) o TEA é caracterizado, principalmente, por dificuldades na interação social, comunicação, movimentos estereotipados e repetitivos. Essas manifestações aconteciam durante as atividades, o que dificultava a relação do entre os beneficiados. As ações de um indivíduo com TEA não são facilmente interpretadas, dificultando o entendimento de suas ações e atribuição dos sentidos. Geralmente seus comportamentos ou gestos são entendidos como uma ação sem significado, mas é a partir das situações vivenciadas socialmente que estes sentidos e as interações sociais são atribuídas (DILAIR; MARTINS, 2017). Essa é uma característica marcante, que traz interferências diretas no engajamento dos mesmos

nas atividades e exigia uma maior atenção do monitor para inseri-lo. Além disso, a necessidade de um atendimento individualizado era essencial, pois é necessário conhecer as particularidades de cada beneficiado.

Para estimular a participação durante as atividades, era necessário que o monitor conhecesse o beneficiado, especialmente o que tange a sua deficiência e o que se pode ser feito para atribuir sentido às suas ações. Por essa razão, o acolhimento tinha que ser baseado na confiança.

As atividades manipulativas e em grupo, como por exemplo, a construção de brinquedos e materiais, pinturas, desenhos e colagens, eram as que existiam mais cooperação e interação entre os pares. Nesse momento ocorriam as trocas de experiências, a relação com outro, sendo instituído através da linguagem verbal e não verbal (ROCHA et al., 2009). Além disso, para alguns as relações se estabeleciam por meio de contatos físicos, já que na maioria a fala era ausente e, por isso, se comunicavam e chamavam a atenção uns dos outros através do toque.

Uma das características apresentadas pelo autista é a preservação da rotina, quando esta for quebrada poderá desencadear crises de agressividade e irritabilidade (PAULA; FARINHA, 2014). Por esta razão, como estratégia, as atividades eram realizadas sempre no mesmo horário e com a mesma rotina em todos os atendimentos, com duração previamente determinada, possibilitando assim, uma adaptação, autonomia e costume. Os resultados demonstram que as atividades como os circuitos, ginásticas, utilização de músicas, precisavam ser repetidas para possibilitar uma melhor compreensão da atividade pela repetição. Essa análise foi possível por meio da observação nos atendimentos.

Como já salientado, as crianças com deficiência, geralmente, apresentam diversas dificuldades na interação com o outro, mesmo dentro de suas famílias e

especialmente entre pessoas de fora do seu convívio diário. Através do ingresso das mesmas em Projetos como o PSTP, percebe-se um desafio na adaptação tanto destes participantes, quanto das pessoas envolvidas no processo, como o professor orientador e as monitoras.

Uma vez que a socialização de pessoas que não apresentam necessidades especiais não é equivalente àquelas que possuem uma ou mais deficiências, será primordial momentos constantes de interação (SILVA; GALUCH, 2009); pois o ambiente em que estas são inseridas podem causar efeitos benéficos na existência das mesmas. As atividades físicas, jogos e/ou modalidades esportivas adaptadas têm impacto essencial neste contexto.

Considerando as crianças e adolescentes com deficiência, é possível utilizar os jogos e as brincadeiras para desenvolvimento dos mesmos, pois por meio dos desafios presentes eles passam a apurar e conhecer melhor o ambiente que os cercam, bem como as pessoas, adquirindo, portanto, uma ampla percepção de mundo, tornando a brincadeira algo importantíssimo para a interação com os demais.

Desse modo, segundo Castro (2005), entende-se que o jogo precisa ser espontâneo e colaborativo, despertando alegria, satisfação e a cooperação entre todos os participantes, deixando de lado o tédio. Com isso, no PSTP para auxiliar na interação dos participantes, foram utilizados o jogo e a ginástica, bem como a dança, de forma adaptada, neste processo. É importante ressaltar que as atividades, além do seu próprio fim, funcionavam como um importante facilitador do processo de interação, uma vez que as relações entre os participantes eram mediadas pelas próprias atividades. Nesse sentido, atividades colaborativas devem ser fortemente trabalhadas com esse grupo em questão.

Como forma de intervenção, eram realizadas atividades colaborativas, das quais possuíam como dinâmica a união de um único grupo a fim de realizar um objetivo em comum (NASCIMENTO; PAULA, 2021), como por exemplo, atividades em que se separavam os grupos por cores e estes teriam que colocar o material dado (bolas, fitas, bambolês, etc.) também por cores em um local pré- determinado ou retirar e colocar em outro local (caixas, colagens na parede, etc.). Eram atividades dinâmicas, as quais eram respondidas de forma efetivas e necessitavam da colaboração de outros colegas para obter sucesso na realização das tarefas. As atividades desenvolvidas, além do foco na colaboração, tinham sempre um caráter lúdico, que despertava nas crianças e jovens uma sensação de prazer e satisfação dentro do processo de aprendizagem, melhorando a interação dessas pessoas. Essas atividades podem ser um meio para o desenvolvimento motor, mental e social (STRAPASSON; CARNIEL, 2007). Além disso, essas práticas devem ser adaptadas levando em conta as necessidades de quem a pratica, para que possa ser de fato inclusiva (ALWHAIBI; ALDUGAHISHEM, 2019).

Com relação a dança, igualmente nos é possível identificar inúmeras vantagens. Para Ferreira (2000), Ferreira e Ferreira (2004) a dança é capaz de contribuir positivamente no que diz respeito às alternativas ofertadas aos praticantes, quanto a promoção de variadas possibilidades de movimentos, desenvolvendo a autoconfiança, melhorando habilidades motoras particulares de cada um (FERREIRA, 2000), o que irá facilitar no dia a dia, tendo em vista que muitos dos participantes do PSTP possuíam diversos bloqueios motores.

Como vimos ao longo do capítulo, as atividades físicas, sejam elas realizadas através de esportes adaptados, jogos, dança ou ginástica, são importantes aliadas para uma melhor interação social entre as crianças com deficiência. São práticas

que auxiliam para o aperfeiçoamento das habilidades motoras mais simples, porém, complicadas para algumas dessas pessoas, como o andar, correr e pular, por exemplo. Além disso, contribuem para a evolução, no que diz respeito a comunicação, seja ela verbal ou não verbal, no convívio destas crianças e destes jovens, tanto dentro do Projeto, como pudemos observar, quanto entre suas famílias e comunidade em geral.

Abaixo será descrito um relato, sob a perspectiva do monitor extensionista, sobre o contexto das vivências observadas no PSTP. Esse relato foi estruturado a partir das memórias para um dos beneficiados do Programa. Nesse caso, serão apontados alguns exemplos de estratégias utilizadas para que a comunicação ocorresse de forma satisfatória.

Relato:

Nesse exemplo tomaremos como base a pouca interação de um beneficiado de 10 anos. O mesmo apresentava dificuldade na interação social e na aprendizagem, características observadas no TEA.

Ao chegar no projeto, não participava das atividades, não interagia com seus pares, nem com os monitores nas brincadeiras e nas conversas; ficava sempre no canto da sala abraçado com a mãe e/ou com a tia. Quando nos direcionávamos a ele não mantinha contato visual. Em muitos momentos mantinha-se isolado em seu mundo, com suas brincadeiras e objetivos elegidos como brinquedos.

Como esse comportamento dificultava a sua participação nas atividades e interação com os participantes do projeto, foram necessárias algumas estratégias, como por exemplo, a participação dos pais e/ou responsáveis nas atividades, e aos

poucos os monitores se aproximavam dos beneficiados para que interagissem com eles. Após alguns atendimentos foi pedido que a mãe não participasse diretamente da atividade, com o intuito dele interagir com outros colegas sem a mediação da mesma. Com o passar do tempo começou a interagir com todos, realizar as atividades sozinho, ajudar os colegas na realização das atividades propostas. Os participantes eram incentivados a buscar ajuda uns com os outros, facilitando o compartilhamento de trocas durante os jogos, brincadeiras e atividades em grupo.

Manifestava atitudes carinhosas e de apego com alguns colegas, gostando de beijá-los e abraçá-los. O contato visual e por toque eram feitos quando havia necessidade de comunicar-se com os monitores ou com algum colega, para solicitar algo. Também quando algo lhe chamava a atenção. É importante ressaltar que os jogos, as brincadeiras e a dança, de forma lúdica, despertavam alegria, satisfação e a cooperação sendo estes facilitadores no processo de interação entre todos os participantes, uma vez que a relação com o outro, a troca de experiências e/ou uma atividade prática comum o homem se constitui e se desenvolve socialmente. As atividades físicas no geral são importantes aliadas para uma melhor interação social entre as crianças com deficiência.

Destaca-se a importância de se analisar as interações sociais nos contextos de projetos sociais, verificando a participação do público beneficiado e considerando a mediação dos educadores. Compreender as particularidades de cada participante é fundamental no desenvolvimento de estudos nesta área. Além desses aspectos, sugere-se a realização de pesquisas e estudos na área, já que são escassos, para que possam contribuir na formação de futuros professores de Educação Física e que possibilite enxergar a deficiência e a individualidade de cada PCD.

Toda pesquisa científica, mesmo com todas as suas importantes contribuições na área estudada, mostra-se limitada em alguns sentidos; no caso desta não foi realizado nenhum tipo de registro por vídeo ou gravações de áudio, foram apenas consideradas as anotações e memórias da pesquisadora. Se estes instrumentos de registro tivessem sido utilizados na pesquisa, teríamos dados mais contundentes sobre o objeto estudado, já que utilizar apenas observações baseadas em acontecimentos passados podem apresentar resultados que se aplicam somente a um indivíduo ou grupo de participantes específicos, além de dados e fatos importantes serem esquecidos. Do mesmo modo, é importante mencionar que, por se tratar de um Programa de Extensão, não foram estabelecidos critérios de elegibilidade. Por essa razão, a amostra do estudo contempla uma diversidade de gênero, idade e tipos de deficiência, onde os resultados podem considerar apenas a população em questão, fazendo com que os dados sejam generalizados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao Analisar os desafios e possibilidades na interação social entre monitores e beneficiados do núcleo do PSTP da UFRPE, foi possível concluir que as maiores dificuldades, para o estabelecimento das relações pessoais, centraram-se na comunicação verbal e não verbal. Como estratégia principal para superação das barreiras de comunicação, buscou-se a aplicação de rotinas nas atividades propostas, pois estas estimulavam o desenvolvimento da autonomia para realização das atividades em si, e também serviam como meio de transferência para atividades básicas e instrumentais da vida diária.

REFERÊNCIAS

ALWHAIBI, R. M.; ALDUGAHISHEM, H. M. Factors affecting participation in physical activities in Saudi children with Down syndrome: mothers' perspectives. **Disability and Rehabilitation**, v. 41, n. 13, p. 1524–1535, 2019.

AMERICAN ASSOCIATION OF INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES. **Intellectual Disability. Definition**. Disponível em: < <https://www.aaidd.org/intellectual-disability/definition>>. Acesso em: 24jun. 2021

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **MANUAL DIAGNÓSTICO DSM-5**. 5º ed. Porto Alegre: 2014.

BEZERRA, L.; GIANASI, D. S. A Interação Social da criança com deficiência no contexto escolar: a inclusão e o desafio do fazer. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Senado Federal**, p. 496, 2016.

BRASIL. Diretrizes do Programa Segundo Tempo Universitário. 2018.

BRASIL. Ministério da Cidadania Secretaria Especial do Esporte Secretaria Nacional de Esporte , Educação , Lazer e Inclusão Social - SNE LIS Diretrizes 2019. 2019.

CAREGNATO, R. C. A. Pesquisa qualitativa. **Rev. SOBECC**, p. 1–2, 2017.

CASTRO, A. de. Jogos e brincadeiras para educação física: desenvolvendo a agilidade, a coordenação, o relaxamento, a resistência, a velocidade e a força. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

COSTA, P.; MACEDO, M. Deficiência Física Congênita e Saúde Mental Congenital Physical Disability and Mental Health. p. 127–139, 2008.

DAVIS, C.; SILVA, M. A. S. S.; ESPOSITO, Y. **Papel e valor das interações sociais em sala de aula** **Cadernos de Pesquisa**, 1989.

DILAIR, A.; MARTINS, F. Alunos autistas: análise das possibilidades de interação social no contexto pedagógico. v. 21, p. 215–224, 2017.

FERREIRA, E. L. O Sentido Do Sentir: Corpos Dançantes Em Cadeira De Rodas. **O Sentido Do Sentir: Corpos Dançantes Em Cadeira De Rodas**, n. 4, p. 89–98, 2000.

FERREIRA, Eliana Lúcia; FERREIRA, Maria Beatriz R. A possibilidade do movimento corporal na dança em cadeira de rodas. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, v. 12, n. 4, p. 13-17, 2004.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981

FREITAG, R. M. K. Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência? **Revista De Estudos Da Linguagem**, v. 26, n. 2, p. 667, 2018.

GREGUOL, Márcia.; COSTA, Roberto.Fernandes. D. Atividade Física Adaptada: Qualidade de Vida para Pessoas com Necessidades Especiais. 3. ed. rev. e ampl. – Barueri, SP: 9788520450048. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520450048/>. Acesso em: 11 nov. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. DE A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed., 2003.

MAIA, D. F.; FARIAS, Á. L. P. DE; OLIVEIRA, M. A. T. DE. JOGOS E BRINCADEIRAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O GAMES AND PLAYING IN CHILDREN ' S PHYSICAL EDUCATION CLASSES. p. 1–17, 2020.

NASCIMENTO, L.; PAULA, M. DE. BIUS -Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia. 2021.

O'BRIEN, B. C. et al. Standards for reporting qualitative research: A synthesis of recommendations. **Academic Medicine**, v. 89, n. 9, p. 1245–1251, 2014.

OLIVEIRA;PERIM. **Fundamentos pedagógicos para o programa segundo tempo: Da Reflexão À Prática**. 1. ed. ed. Maringá: 200, 2009.

OLIVEIRA, A. A. B. DE; PERIM, G. L. Fundamentos pedagógicos para o programa segundo, 1º Ciclo nacional de capacitação dos coordenadores. **Ministério dos Esportes**, p. 296, 2008.

PAULA, A. N. A.; FARINHA, V. INCLUSÃO DE AUTISTAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: Possibilidades pedagógicas que podem auxiliar em suas potencialidades. 2014.

PLETSCH, M. D. DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM. 2015.

ROCHA, B. et al. Interação social em aulas de educação física. p. 235–245, 2009.

SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 2, p. 227–234, 2005.

SILVA, M. A. M.; GALUCH, M. T. B. Interação entre crianças com e sem necessidades educacionais especiais: possibilidades de desenvolvimento. **Intermeio**, v. 15, n. 30, p. 142–165, 2009.

SOLER, Reinaldo. **Brincando e Aprendendo Na Educação física Especial**. Rio de Janeiro: Ed. Sprint, 2006.

SRINIVASAN, S. M.; PESCATELLO, L. S.; BHAT, A. N. Current perspectives on physical activity and exercise recommendations for children and adolescents with autism spectrum disorders. **Physical Therapy**, v. 94, n. 6, p. 875–889, 2014.

STRAPASSON, A. M.; CARNIEL, F. A Educação Física na Educação Especial. **Revista Digital - Buenos Aires**, v. 11, n. 104, p. 1–17, 2007.

TUBINO, M. J. G. **O que é o esporte**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, p. 7–67, 1993.

VYGOTSKI, L. S. A formação social da mente. Martins Fontes, São Paulo, 1991.

VIGOTSKY, L. S. Psicologia pedagógica. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZHAO, M.; CHEN, S. The Effects of Structured Physical Activity Program on Social Interaction and Communication for Children with Autism. **BioMed Research International**, v. 2018, 2018.